

Quatroanistas dormiram no ponto

Não se prepararam para a batalha decisiva e o Governo já comemora

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Um pequeno detalhe tem dado dores de cabeça ao grupo que defende os quatro anos de mandato, ao mesmo tempo em que dá bons motivos a comemorações: aqueles que já se sentem vitoriosos com os cinco anos para o presidente Sarney. É que, embalados pela perspectiva imediata de vitória, os quatroanistas concentram forças nas articulações para a votação do corpo permanente da Constituição, esquecendo das disposições transitórias. Derrotados, perderam um pouco o estímulo. Já os cincoanistas, cuidaram das duas fases e se entusiasmarão com as previsões: conquistar entre 298 a 321 votos para o mandato de cinco anos, quando a matéria entrar em pauta, no final do mês. Afinal, encurralaram o outro grupo de forma que consideram irreversível.

Os cincoanistas, por exemplo, providenciaram um destaque para votação em separado (DVS) do artigo 4º das disposições transitórias, que trata da duração do mandato presidencial no projeto da Sistematização. Isso, mesmo sabendo que o texto do Centrão terá prioridade de votação, por conter mais de 187 assinaturas de apoio e nada falar de mandato-Sarney. Depois, apresentaram a emenda Matheus Iensen, dos cinco anos, que é a única existente com esse prazo de mandato. Por último, vêm fazendo numerosas articulações com grupos de parlamentares, visando manter a unidade em torno da tese de que o melhor será garantir cinco anos. E através de votos em plenário.

Com o DVS, por exemplo, os cincoanistas criaram um obstáculo previsível para seus adversários, que não tiveram tantas preocupações com o processo de votação. Assim, agora, quem teria obrigação de colocar os 280 votos para reinserir no texto os quatro anos são as esquerdas e oposições. Outro detalhe: como só existe uma emenda de cinco anos, se o autor quiser retirá-la e os quatro anos acabarem derrotados, ficará um vazio para o tempo de duração do mandato do presidente José Sarney.

Esse problema só não existirá porque da parte dos estrategistas ligados aos cinco anos existe a cautela de evitar que neste grupo surja qualquer suspeita de que o Governo se arrependeu e prefere mesmo os seis anos para o presidente José Sarney. Esta tese foi abandonada quando observaram que poderiam ajudar os 4 anos. É que caindo os quatro anos e na hipótese de retirarem a emenda Matheus Iensen, a interpretação dos juristas diverge, mas eles, na expressão maioritária, entendem que valeriam os seis anos previstos na Constituição em vigor na data em que houve a eleição presi-

dencial. Todavia, isso ficaria a cargo de uma decisão do Judiciário que o Executivo prefere se dispensar de provocar.

Enquanto o Governo investiu o que pôde nos cinco anos, o outro grupo perdeu um pouco a garra quando constatou na superterça - dia 22 de março - que possuía apenas 223 simpatizantes, que poderiam ser, no máximo, 240, caso houvesse quorum total naquela votação. E que pressão popular não surtia muito efeito. Deste modo, se voltaram para outros temas polêmicos, deixaram o mandato Sarney um pouco a largo e, agora, os governistas comemoram, achando que não há tempo para mudar a correlação de forças, algo por sinal que o outro lado já admite, reconhecendo que falta clima. E votos!

Os governistas (leia-se cincoanistas) acham também que quando perdeu os quatro anos no corpo permanente da Constituição, esse grupo acabou se conscientizando de que não teria forças para sustentar esse prazo de mandato para o presidente José Sarney, porque era uma discriminação contrária à índole da política brasileira. Prova disso é que até os governadores que defendiam quatro anos - à exceção de Waldir Pires e Fernando Collor - já se convenceram da derrota e começam a se adaptar à nova realidade.

Até da parte dos candidatos têm surgido manifestações iguais. Leonel Brizola, por exemplo, dá sinais de preferir a eleição em 1989, constatando que talvez se favoreça com uma eleição solteira, não municipalizada, como seria se ocorresse este ano. Os demais não assumiram comportamento de quem está em campanha e dão mostras de preferir antes ver como se delineará este quadro.

Todos esses aspectos vêm sendo amplamente avaliados e debatidos nas reuniões políticas promovidas pelo presidente José Sarney com ministros de estado envolvidos na busca dos cinco anos de mandato e as lideranças partidárias do Governo na Câmara e Senado. Todos os dados se mostram positivos à tese que defendem. Agora, começam a estabelecer a estratégia em plenário. Ainda recentemente, o líder Carlos Sant'Anna provocou na Mesa da Constituinte uma decisão sobre a retirada - considerada possível - de emendas coletivas ou da fusão delas.

Isso, na verdade, tinha endereço: constatar a possibilidade de, no futuro, poder retirar a emenda Matheus Iensen, a única com cinco anos. Por outro lado, na medida em que buscam encurralar os quatroanistas, os líderes do outro grupo começaram a apostar que os adversários, temendo manobras capazes de forçar os cinco anos, poderão até mesmo contribuir com alguns votos capazes de reforçar seu time. Afinal, será a Mesa da

Constituinte ainda quem terá poderes para estabelecer prioridades de votação. Os quatro anos derrubarão com o DVS; se retirarem a Iensen, não ficará nada no texto. Vão deixar uma interrogação ou fixarão os cinco anos, acabamos logo a celemos?

NÚMEROS

Até mesmo na apuração dos números relacionados à votação do tamanho do mandato presidencial, existe cuidado para não dispensar nenhuma pesquisa. Deste modo, tanto Basílio Vilani como Milton Reis, que se empenham neste trabalho, vêm sendo valorizados pelos estrategistas políticos ligados ao Governo, embora o líder Carlos Sant'Anna também faça suas investigações pessoais. Reis, contudo, põe defeito no trabalho do colega, achando que ele usa amostragem, enquanto seu método é o da consulta pessoal. Vilani prefere apenas explicar que não se convence somente com a resposta individual, buscando confirmar tendências com outros constituintes contrários do pesquisado. Sant'Anna usa os dois resultados e elogia o empenho dos autores das investigações.

De qualquer maneira, a pesquisa menos otimista é a de Milton Reis. Ele apurou até agora 287 votos para os cinco anos, 232 para os quatro e a existência de 40 indecisos (neste grupo estão 21 que votaram na superterça em cinco anos, 13 que votaram em quatro e seis que faltaram).

Vilani preferiu analisar primeiro os números da votação da superterça, fazendo contas de chegar e concluindo que, na melhor das hipóteses os cinco anos teriam 321 votos e, na pior, 298. Considerou, por exemplo, a tendência atual dos 28 constituintes que não estão firmes com o Governo Sarney mas votaram em cinco anos; analisou as razões das ausências em plenário dos 19 que minutos antes tinham dado sua preferência pelo sistema de governo. Observou ainda o comportamento que tiveram naquele dia os 93 signatários do manifesto em que se colocam na oposição sem sair do PMDB. Computou alguns fatores capazes de interferir no dia da votação das disposições transitórias, como amizades pessoais com o Presidente ou seus líderes. Depois, elaborou as estatísticas.

Assim, o presidente José Sarney contará com 321 votos para os cinco anos, distribuídos da seguinte forma: 274 dos 304 que votaram na superterça; 19 dos 29 que faltaram naquela ocasião; e 28 classificados como vacilantes, por causa da indecisão na hora da opção. Ou, com 298, somente, que são: os 274 firmes; 10 apenas, do grupo dos 19 (inseridos nos 29 que faltaram) no caso de grande deserção; e apenas metade, portanto 14, do grupo chamado vacilante.

políticos afinados com o Palácio do Planalto se ocupam mesmo é de descobrir onde andam as insatisfações e procuram saná-las com a rapidez possível. O presidente José Sarney ajuda bastante, reservando na agenda espaço suficiente para audiências com parlamentares. E recebe também os inimigos, pois não há razão para perder as esperanças de reconquistar um simpatizante dos quatro anos.

Depois, o Presidente tomou providências a nível doméstico quando constatou que seus dois constituintes (o filho e o sobrinho) votavam contra o Centrão, grupo onde se concentra a expressiva maioria dos votos que terá nos cinco anos. Zequinha (Sarney Filho) foi destituído da vice-liderança do PFL e seu pai apoiou o líder José Lourenço, bem como seu afastamento da Constituinte, para ocupar uma Secretaria de Estado No Maranhão.



Milton Reis, secretário-geral do PMDB, abre a mão para mosir o mandato

Ausentes preocupam

Analisar as razões que levaram 29 constituintes a não declinar a preferência por um prazo de mandato para os futuros presidentes da República foi uma tarefa adicional para os estrategistas políticos que cuidam da mobilização para os cinco anos do presidente José Sarney. Desse estudo, existe praticamente o convencimento de que dois deles realmente voltarão a optar pela ausência do plenário, prejudicando os quatroanistas: João Cunha e Mendes Canale. O primeiro é considerado uma incógnita, o outro, porque sendo amigo do presidente José Sarney dá indícios de preferir cultivar o bom relacionamento dos tempos em que exerceram mandatos no Senado Federal.

Esses 29 constituintes ficaram fora da votação da superterça, quando pela primeira vez o plenário registrou o comparecimento absoluto de seus 559 integrantes. Eles votaram maciçamente no sistema de Governo, e, na hora do mandato, aquele grupo faltou. Muitos, apenas por desatenção, como Erwin Bonkorski, que se entreteve conversando com o governador do Paraná, Alvaro Dias, e perdeu o horário. Outros, como Mário Bouchardet,

porque é tão difícil trazê-lo a Brasília quanto mantê-lo no plenário. Sérgio Werneck faltou porque teve uma indisposição gástrica.

Os estrategistas estudam os 29 "gazeteiros" mas não confiam muito que eles manifestem uma opção na hora de dizer qual será o tamanho do mandato do presidente Sarney. Afinal, no grupo existem até três maranhenses enquanto dizem que o senador Afonso Arinos não vota cinco anos porque a deputada Sandra Cavalcanti não deixa. Por preferências eles se dividem da seguinte forma:

Cincoanista:

Bezerra de Melo, José Lins, Fernando Cunha, Davi Alves da Silva, Joaquim Aickel, Vieira da Silva, Aloísio Vasconcelos, Alvaro Antônio, Carlos Alberto, Léllo de Souza, Orlando Pacheco, Agripino Oliveira Lima, Luiz Leal, Mário Bouchardet, Milton Lima, Sérgio Werneck, Erwin Bonkorski, Ibsen Pinheiro e Olavo Pires.

Quatroanistas:

Mendes Canale, Afonso Arinos, Robson Marinho, Carlos Cota, Ziza Valadares, Gonzaga Patriota, Wilson Campos, Oswaldo Almeida, Walmore de Lucca e João Cunha.

Covas vai mesmo deixar o PMDB

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

Já não há dúvida de que o senador Mário Covas deixará o PMDB após a promulgação da nova Carta Constitucional, junto com o ex-governador Franco Montoro e os senadores Fernando Henrique Cardoso e José Richa, para organizar um novo partido de inspiração social-democrata, mas com nitida inclinação de centros-querda.

O deputado Ulysses Guimarães continua convencido de que não deve colaborar com a dissidência na definição das linhas centrais do projeto, a ser votada na próxima semana, disciplinando as eleições municipais deste ano, mas não poderá avaliar qualquer procedimento casuístico capaz de comparar o PMDB à velha Arena em matéria de casuísmos.

Isso significa que o relator do projeto, o deputado Cid Carvalho (MA), que pode ser incluído no rol dos políticos históricos do partido, não deverá fechar inteiramente a porteira, mas não a deixará escancarada.

Algumas das principais lideranças do grupo dissidente, entre as quais Pimenta da Veiga, Franco Montoro, Geraldo Campos e Fernando Henrique Cardoso reuniram-se, ontem, no gabinete deste último, para analisar as alternativas diante do adiamento da convenção nacional. Fernando Henrique Cardoso e Franco Montoro sugeriram sair agora ou se abrigarem sob uma legenda nãlica. Pimenta da Veiga e o próprio Mário Covas repeliram a sugestão mantendo esta a disposição de só deixar o PMDB após a promulgação da nova Constituição e não para se abrigar em um partido pequeno, mas a fim de organizar nova agremiação partidária.

Ulysses negou aos históricos de Covas o "décor", o cenário ideal de uma convenção nacional, para que eles tivessem a oportunidade de marcar posição, concorrendo em chapa própria na eleição do Diretório Na-

cional. Como são minoria, seriam derrotados, mas teriam a ocasião ideal para abandonar o PMDB, um partido que se transformou no refúgio preferido da direita e dos fisiológicos de todos os matizes.

Ulysses Guimarães tem informado a alguns dos políticos que o estão ajudando na batalha pela sobrevivência do PMDB que todos os governadores acham-se perfeitamente integrados com sua linha de orientação. E para essa aliança com os governadores muito influiu o expressivo poder residual que o ministro Renato Archer conseguiu conservar na Previdência Social, com remanejamento de verbas vultosas para governadores.

Esse poder de manipulação refletiu-se no escorço de nove votos a dois pelo adiamento na votação da Executiva Nacional. Agora, Ulysses quer mobilizar as bases do PMDB para formular o novo programa a ser aprovado na convenção nacional do dia 21 de agosto. Um novo programa verdadeiramente saído de uma ampla discussão nas bases e consagrado em uma convenção nacional, com o apoio maciço dos governadores, seria a resposta de Ulysses e seu grupo aos dissidentes de Cardoso e Covas.

Na próxima terça-feira, provavelmente, a Câmara estará votando o projeto que disciplina as eleições municipais de novembro deste ano junto com o substitutivo que será apresentado pelo relator designado diretamente pelo deputado Ulysses Guimarães, o deputado Cid Carvalho. Como se trata de matéria controvertida, admite-se que, pelo acordo de liderança, o projeto seja aprovado na Câmara, mas contido por forte resistência no Senado.

Isso tem levado muitos parlamentares do PMDB e de outros partidos a lançarem uma dúvida sobre as intenções de Ulysses. Não estaria o pragmático presidente do PMDB deixando que se criem as condições ideais para o adiamento também das eleições municipais deste ano.

Ulysses já responde à dissidência

O presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, saiu da defensiva e partiu para a ofensiva. Não quer mais deixar sem resposta as duras e freqüentes críticas dos principais líderes do bloco independente à sua atuação e ao comportamento do partido. Aos que condenam o PMDB por adotar a linha de só se reunir para decidir não decidir, Ulysses lembrou o primeiro compromisso de uma agremiação política: ganhar eleições. "E ganhar eleições tem sido a marca do PMDB", observou.

O presidente do PMDB, mesmo sem citar os nomes de Mário Covas, de Fernando Henrique, de José Richa e outros "independentes", foi taxativo: "Muitos dos que hoje condenam, criticam e até repelem o nosso partido, talvez não teriam sido eleitos por outra legenda, ou não tivessem uma grande votação que tiveram concorrendo por outro partido". O primeiro recado já foi dado.

Ulysses Guimarães, cansado e irritado de tanto ouvir ameaças dos independentes de sair do PMDB, já começa a reagir. Se depender de sua influência, ninguém terá privilégios para cancelar a ficha de inscrição e assinar outra de partido novo. Quem quiser se arriscar terá de cumprir as exigências da legislação vigente. Os dirigentes e líderes do PMDB, com o respaldo de dirigentes e líderes do PFL, não aceitam a proposta dos independentes e de ex-peemedebistas, de formar novo partido apenas com o apoio formal de 30 parlamentares (pelo menos).

Ninguém do comando vai apressar a regulamentação das eleições municipais deste ano, muito menos dilatar o prazo de filiação, encurtar o do domicílio eleitoral e amenizar as exigências legais à criação de partido. Por isso mesmo o líder Mário Covas - em contagem regressiva para sair do PMDB - desabafou outro dia com o ex-peemedebista mineiro Pimenta da Veiga, um dos principais coordenadores do movimento pela criação do partido de centro-esquerda:

"Pimenta, não se iluda. Eles não vão querer entregar o ouro aos bandidos".

Ibsen prevê novo partido

O PMDB vai se transformar num partido progressista após a promulgação da nova Constituição. Quem está afirmando isso é o líder do partido na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, que sustenta a sua previsão com um exame dos mapas de votação do Plenário da Constituinte. Baseado neles, Ibsen vê que o PMDB perderá peso principalmente pela direita quando redefinir o seu programa, situando-se numa tendência de centro, levemente para a esquerda.

Os mapas mostram isso, até nas questões como a reforma agrária. O resultado não foi favorável, mas 170 parlamentares do PMDB votaram pelo texto dos progressistas e 90 contra. Esse número, numa questão de tamanha importância, não deixa dúvida. E isso fica ainda mais evidente quando se examina os mapas das votações que determinaram as principais conquistas e avanços institucionais, sociais e nas questões nacionalistas - afirma o líder do PMDB na Câmara.

Ordem agora é manter grupo unido

No tour de force que o Governo vem fazendo para consagrar os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, que alguns dos políticos afinados com o Palácio do Planalto já têm como certos, a tarefa principal agora é eliminar qualquer animosidade dentro os próprios cincoanistas. Assim, a identificação de uma insatisfação pode provocar desde uma conversa reservada com o líder Carlos Sant'Anna até a convocação para um café da manhã com o Presidente ou, quando é o caso, envolvendo os ministros e assessores linha de frente do Executivo.

Neste trabalho existem não apenas líderes políticos, como ministros de Estado com trânsito no Legislativo ou mesmo donos de cadeiras na Câmara e Senado. As queixas, contudo, não se concentram nesse grupo de ministros e por isso, eles agem, para acabar com possíveis razões para um constituinte reavaliar sua posição a favor dos cinco anos.

Recentemente, um grupo de industriais do açúcar e do álcool, ligados a parlamentares de Pernambuco, teve uma audiência no Ministério da Fazenda barrada. Protestaram, abriram portas de gabinete e saíram irritados com o tratamento ali recebido. Dias depois, os detectores dos estrategistas ligados ao Planalto acusaram esses problemas e logo o presidente Sarney convocou ministros e assessores para uma longa conversa com o grupo, que se sentiu prestigiado tanto quanto os políticos que os acompanhavam.

E lógico, diz um estrategista ligado ao Governo, que depois de ajudar a resolver o problema e ver o constituinte sorrindo, não vou perguntar se ele está firme com os cinco anos. Isso surge naturalmente.

comentou. Outro caso recente foi o de um deputado maranhense que vinha sofrendo problemas em seu estado e logo foi convocado para uma entrevista com o presidente José Sarney.

O ministro da Habitação, Prisco Viana, um dos sustentáculos da mobilização pelos cinco anos, já recebeu este ano perto de duas mil pessoas, entre políticos, governadores, prefeitos e vereadores, com suas respectivas comitivas. Ele sustenta que não está distribuindo favores, que as contas do Ministério são limpas, mas pela tensão que demonstra nos contatos com jornalistas, observa-se que sofre pressão de todos os lados.

Outro estrategista explica que muito mais do que oferecer favores ou facilidades, nessa batalha dos cinco anos, o melhor é alimentar a vaidade do político, que gosta de se sentir prestigiado, e evitar atritos dele com os escalões do Governo. Assim, os líderes



Sant'Anna resolve qualquer insatisfação